



XVII ENANPUR

SÃO PAULO • 2017



Praça Presidente Vargas: relação entre espaço público e atores sociais

Presidente Vargas Square: relationship between public space and social actors

Jozieli Camila Cardenal, Jornalista, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, jozeliw@gmail.com

Hieda Maria Pagliosa Corona, Socióloga, doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento, docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR, Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, bolsista sênior da Fundação Araucária/SETI/PR, hiedacorona@hotmail.com

RESUMO

A Praça Presidente Vargas, situada em Pato Branco, no Sudoeste do Paraná, é um espaço público constituído historicamente por relações sociais vinculadas ao desenvolvimento urbano da cidade, a partir de experiências desencadeadas por atores sociais, entre elas a mobilização pela construção da Igreja Matriz e o movimento social de 1957 pela regularização da posse de terra na região. Diante disto, o presente estudo abordará o protagonismo de atores e grupos em acontecimentos de relevância histórica e social ocorridos no local, evidenciando a relação entre o sujeito e o espaço urbano.

Palavras-chave: Atores Sociais; Espaço Urbano; Praça Presidente Vargas; Pato Branco; Desenvolvimento.

ABSTRACT

The Square Presidente Vargas, located in Pato Branco, on Paraná southwest, Brazil, is a public space historically constituted by social relations built on experiences triggered by social actors - among these is the mobilization for the construction of the main church, and the social movement from 1957, for the regularization of land ownership in the region. Thus, the present study addresses the leadership of actors and groups at events of social and historical relevance occurred on place, showing the relationship between the subject and the urban space.

Keywords: Social actors; Urban Space; Presidente Vargas Square; Pato Branco (PR/Brazil); Development.

INTRODUÇÃO

A percepção do lugar varia para cada indivíduo. Contudo, o lugar é construído coletivamente e, por mais que seja aparentemente inerte, não é inanimado, pois recebe influências da interação entre o homem, a sociedade e o ambiente. Assim, constituem-se os espaços públicos que, nas cidades, são transformados na medida em que os atores sociais os modificam a partir de suas experiências e necessidades.

As reflexões a seguir mostrarão que o espaço público é componente fundamental da história e do desenvolvimento urbano. Isso pode ser evidenciado a partir de exemplos significativos da “imaginária urbana”, bem como por meio de ações de diferentes agentes/atores sociais – desde os pioneiros que, em suas distintas áreas de atuação e em diferentes contextos históricos, transformaram realidades e contribuíram para o desenvolvimento de suas cidades.

É justamente esse o percurso proposto por este estudo, que relaciona momentos emblemáticos da história de Pato Branco com a relação que a sociedade, através de seus agentes, mantém com a Praça Presidente Vargas – espaço público que, desde a década de 1930, compõe o ambiente e o tecido social local, e reflete transformações que ultrapassam dimensões meramente físicas.

Não estamos falando de um espaço inorgânico, pelo contrário, a praça em questão refere-se a um lugar significativo, que possui forte representatividade simbólica para a cidade, pois sediou movimentos marcantes para a construção histórico-social do município e recebeu importantes intervenções estruturais urbanas, acompanhando o crescimento da cidade.

Para tanto, o presente artigo partirá da intervenção de atores sociais no reconhecimento do espaço público urbano, relacionando a abordagem teórica com eventos de caráter histórico-sociais desencadeados na praça central de Pato Branco, buscando evidenciar assim a relação entre os sujeitos e o lugar, com base em noções de territorialidade a partir de aspectos do desenvolvimento local.

Esse conjunto de representações norteará, ainda, questões levantadas que traduzem traços da modernidade na prática social evidenciada nos diferentes contextos históricos e na vida cotidiana. Propõe-se elucidar que a ótica urbana meramente estrutural e física é falha, uma vez que a história de um lugar reconhecido como público, por representar a identidade cultural local, também está diretamente ligada à história e ao desenvolvimento da cidade onde o mesmo está inserido.

No caso da Praça Presidente Vargas, o espaço aberto, sem grades, indica que todos podem se aproximar. Além disso, são dezenas de bancos contornando o local, convidativos para o descanso ou para a prosa leve. É o palco da diversidade. Há também o playground para as crianças e a quadra de futebol. O paisagismo com jardins e arborização, caracteriza o ar aconchegante. Destaque ainda para o chafariz que marca o coração da praça, além do memorial histórico, que relembra momentos emblemáticos do local, o que reforça a valoração que a população assume pelo espaço. Aliás, é nele onde foi edificada a matriz da cidade, na década de 1960, com a participação voluntária da população e relatos de pessoas que trabalharam 400 dias na obra. Alguns anos antes, em 1957, agricultores se uniram ao maior movimento agrário já realizado no Brasil, a Revolta dos Posseiros – o que também ocorreu na praça.

Assim, pretende-se apontar que o espaço físico é concebido por interações desencadeadas por fatos urbanos e que, enquanto reflexo de experiências humanas, assume o ritmo da dinâmica

social, que está em constante movimento. Portanto, as reflexões a seguir apresentam um processo histórico onde o “lugar” adquire características que precisam ser observadas para além de suas formas físicas.

Para dar conta do objetivo que orienta o presente artigo, no item 1 será abordada a simbologia do espaço público “praça”, relacionando com características específicas do objeto de estudo em questão, que é a praça central de Pato Branco. Ao apresentar fatos emblemáticos para a ótica do local, sobretudo para o desenvolvimento da cidade, propõe-se mostrar o papel dos agentes sociais na transformação da realidade local, onde o fio condutor será partilhado por Anthony Giddens e Pierre Bourdieu, com outros autores que contribuem para a reflexão.

Fica aqui o convite para um breve passeio pela história desta cidade, situada no Sudoeste do Paraná, e que certamente tem aspectos semelhantes a milhares de outras cidades de médio porte do Brasil, onde a população permanece próxima da praça central, seja no passeio desprezioso no entardecer, ou na união popular para reivindicar alguma mudança. Contudo, mesmo que viva a cidade e a praça, a comunidade nem sempre reflete sobre elas, ou reconhece a representatividade de movimentos sociais desencadeados em determinados momentos. É por isso que escrevemos este artigo.¹

O ESPAÇO PÚBLICO URBANO E A ATUAÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS

Em uma cidade relativamente jovem como Pato Branco, com pouco mais de 60 anos de emancipação política, a vida pulsa no anel central. Prática cotidiana que começou nas primeiras décadas de colonização, pois o comércio, o lazer e os principais atrativos da vida urbana estão condicionados na mesma extensão física desde a década de 1930. De lá para cá, o perfil cultural, econômico e social da comunidade foi transformado – contudo, ainda preservam traços de sua colonização, estes que não estão tão no passado assim.

A constituição histórica de espaços públicos é definida por interações sociais, que refletem o desenvolvimento social, econômico e cultural de determinada localidade. Foi assim com a Praça Presidente Vargas. Nela, experiências desencadeadas por atores sociais enalteceram a ligação entre os sujeitos e o “lugar” – que não é apenas transitório, ou um mero ambiente de passagem; mais do que isso, integra o dia a dia da sociedade e, sobretudo, apresenta reflexos da vida moderna, como expressada pelas lógicas de uso e de infraestrutura que a praça fora tendo ao longo das últimas décadas.

O que configura um “espaço público” é, justamente, o conjunto de relações interpessoais atribuídas a ele. Portanto, é importante considerar a diferença entre “lugar” e “espaço”, pois o segundo é uma variável praticável do primeiro. Ou seja, o espaço existe a partir da apropriação individual e coletiva do mesmo, em que constitui-se enquanto “um lugar praticado”, formado por um sistema de signos (CERTEAU, 1994, p.202).

¹ Agradecimento especial ao professor Anselmo Pereira de Lima, doutor em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, pela sua valiosa contribuição no reconhecimento da Praça Presidente Vargas enquanto objeto de pesquisa, e por nos apontar aspectos importantes do movimento que o espaço público urbano estabelece a partir da interação com a sociedade e com a sua história.

Quando um lugar passa a ser habitado, altera-se a relação entre sociedade e natureza. O natural ganha viés de artificial, recebe elementos e simbolismos do novo contexto que está prestes a ser formado. Processo que, conforme Milton Santos (2009, p.233), é “[...] sucessivamente instrumentalizado por essa mesma sociedade”. A relação entre o “natural” e o “artificial” é alterada de acordo com cada novo contexto, em cada novo momento histórico (SANTOS, 2009, p.233). O processo de urbanização da Praça Presidente Vargas, a partir da prática dos atores/agentes sociais, evidencia tal percepção.

Não há registros que comprovem com exatidão o ano em que a Praça Brasil – antigo nome da Praça Presidente Vargas – começou a se formar enquanto espaço urbano, previamente delimitado. Há, por outro lado, a conotação simbólica do reconhecimento da população a partir da intervenção religiosa franciscana, ocorrida com a transferência da capela para esse local em 1935 (BODANESE, 1982, p.09).

Embora o primeiro traçado viário de Pato Branco já tivesse sido elaborado pelo Engenheiro Duílio Beltrão, na década de 1930, o conjunto de elementos típicos de uma colonização de descendentes europeus – que segue certa lógica em que a igreja, junto com os demais serviços, vai definindo o anel central, pois é em torno dele que vão se instalando as moradias e demais edificações/funções – conduziu a definição do anel central. Na época, já havia algumas casas e comércio no entorno do espaço, mas foi a transferência da capela para a área correspondente à praça que de fato consolidou a constituição simbólica e social do espaço público (VOLTOLINI, 2005).

Sabe-se, portanto, que foi a partir da transferência da igreja que a praça passou a ser reconhecida pela população. “E como, num povoado interiorano nos moldes de Villa Nova, tudo girasse em torno da igreja, mudou-se também o ponto polarizador da vila, mantendo-se através dos anos e transformando-se no centro da cidade de Pato Branco”, (VOLTOLINI, 2005, p.291). Neste período, muito antes da emancipação política da localidade, a mesma era conhecida como “Villa Nova”.

Desde a constituição da Praça Presidente Vargas, fica evidente o papel dos atores sociais na consolidação física e simbólica deste espaço construído socialmente, através da intervenção da comunidade. Tal evidência está presente no conceito de “território” – este que, segundo Sarita Albagli (2004), é reconhecido enquanto um “[...] espaço apropriado por um ator, sendo definido e delimitado por e a partir de relações de poder, em suas múltiplas dimensões”, (ALBAGLI, 2004, p. 26).

Assim, é possível evidenciar o papel dos atores sociais, pois o território é produto da intervenção desses sujeitos sobre o espaço a que pertencem ou estão inseridos. A partir dessa concepção, observa-se que o espaço não se limita apenas ao aspecto físico, ou a sua dimensão material, pois é construído historicamente a partir de diferentes contextos: a casa, o bairro, a cidade, a região, a nação, o planeta (ALBAGLI, 2004, p.26). Essa dinâmica relacional, ainda segundo Albagli (2004, p.27), pode ser observada em quatro dimensões: física, econômica, simbólica e sociopolítica – e este estudo, que tem como objeto central a Praça Presidente Vargas, transitará pelas quatro áreas.

Para tanto, é necessário considerar além da concepção de território e espaço, a definição social de “lugar”, este que deve ser reconhecido não apenas pelo cotidiano ou pelo seu caráter transitório, mas “[...] como aquele no qual se situam as transformações e a reprodução das relações sociais de longo prazo, bem como a construção física e material da vida em sociedade” (ALBAGLI, 2004, p. 51). Sendo assim, o lugar deve ser reconhecido como um espaço onde a sociedade escreve a sua história, a partir das experiências e interações da prática cotidiana.

Nele, realiza-se o cotidiano, o momento, o fugidio, mas também a história, o permanente, o fixo, o correspondendo ao identitário, ao relacional e ao histórico, no âmbito da tríade habitante-identidade-lugar. O papel do lugar é determinante. Ele não é apenas um quadro de vida, mas um espaço vivido, isto é, de experiência sempre renovada, o que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro. A existência naquele espaço exerce um papel revelador sobre o mundo. (ALBAGLI, 2004, p. 51)

Ao definirem a delimitação física da praça central de Pato Branco, os pioneiros – enquanto atores sociais – deram início a uma sequência de relações que culminaram em diferentes aspectos característicos não apenas do anel central, mas que também refletiram no desenvolvimento da cidade. Afinal, a imaginária urbana, o espaço público e os agentes sociais representam a tríade que traduz a memória e a cultura urbana (FILHO, 2008, p.25).

Nesse contexto, o sujeito não é mero reflexo da ação social ou da organização do espaço físico: ele é atuante, protagonista no processo de formação social e na construção histórica. Tal concepção pode ser analisada a partir de Pierre Bourdieu (1996), que traz o papel do agente social, que pode atuar de forma singular ou juntamente com um grupo, uma classe de agentes. Essa atuação constrói o espaço social, ou seja, a “realidade invisível” que compõe o tecido de relações que aproximam os agentes por meio de um conjunto de interesses, posicionamentos, crenças e hábitos (BOURDIEU, 1996, p.24).

Sendo assim, o espaço social é construído coletivamente, uma vez que não resume-se a simples matéria inanimada, pelo contrário, “[...] é a realidade primeira e última já que comanda até as representações que os agentes sociais podem ter dele” (BOURDIEU, 1996, p.27).

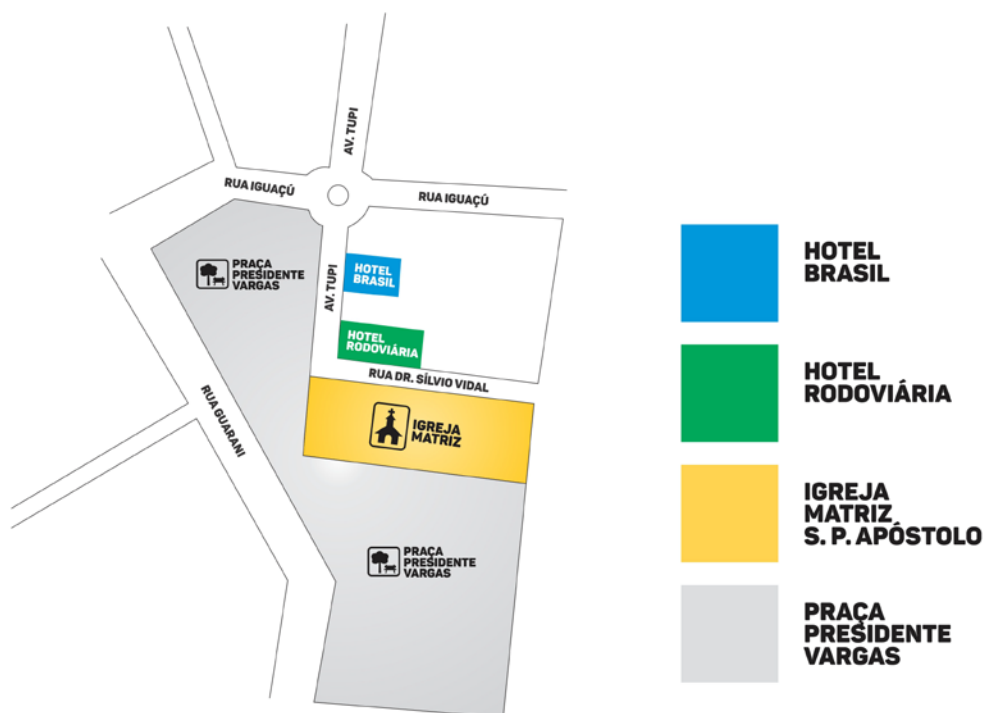
Essa complexidade resulta do protagonismo dos agentes, que por vezes demonstram autonomia individual e coletiva diante da hierarquia política e econômica (BOURDIEU, 2001, p.31). Ao transformarem a realidade social, os atores (ou agentes), inferem no contexto histórico local, bem como na dinâmica relacional da comunidade.

[...] basta que os agentes se deixem levar por sua "natureza", isto é, pelo que a história fez deles, para estarem como que "naturalmente" ajustados ao mundo histórico com o qual se defrontam, para fazerem o que é preciso, para realizarem o futuro potencialmente inscrito nesse mundo em que eles estão como peixes dentro d'água. (BOURDIEU, 2004, p.130)

Afinal, a decisão de padres franciscanos pela transferência da igreja, que desde o início da década de 1930 estava situada na rua Tapir, nas proximidades da avenida Tupi, conduziu não somente a delimitação da praça, mas a formação do anel central, pois fomentou a instalação de estabelecimentos comerciais no entorno do espaço. Entre as famílias pioneiras que acompanharam o fluxo do anel central que começava a se formar, estava a do professor Juvenal Cardoso, reconhecido até os dias de hoje pelo pioneirismo na educação de Pato Branco. Como a escola situava-se junto à casa do educador, ganhava nova sede a cada mudança da família, por isso também se instalou no entorno da praça (VOLTOLINI, 2005).

Entre as décadas de 1930 e 1940, além da capela e da escola, a praça sediava outra importante construção: o primeiro hotel de Pato Branco, de propriedade do alemão Paulo Schmidt, que ocupava a área onde hoje é o edifício Severino Cavazzola, no início da rua Pedro Ramires de Mello. A estrutura era um casarão, em que o pátio era usado pela escola do professor Juvenal Cardoso como área de recreio e atividades (VOLTOLINI, 2005).

Ainda no ramo hoteleiro, entre as décadas de 1940 e 1950, o pioneiro Pedro Ramires de Mello transformou o armazém da família no Hotel Brasil, situado na avenida Tupi, onde hoje é a Caixa Econômica Federal. O estabelecimento, que levava o nome da praça, foi vendido para Clemente Pastro, em 1950. Contudo, “Pedro Xico” continuou no ramo e construiu, na esquina da rua Silvío Vidal e da avenida Tupi, o Hotel Rodoviária (hotel em cima e rodoviária embaixo), uma vez que Pato Branco já recebia linhas regulares de ônibus – algo de representatividade regional para a época (VOLTOLINI, 2005). A localização dos dois hotéis está ilustrada no mapa a seguir:



Mapa 1: Praça Presidente Vargas, Hotel Brasil, Hotel Rodoviária, Matriz São Pedro Apóstolo e ruas do entorno.
Fonte/descrição: Mapa criado pela autora, baseado no desenho atual da praça, ilustrando os dois hotéis em questão, conforme disposição da época.

Portanto, a delimitação geográfica de determinado espaço infere, sobretudo, nas relações de trabalho, de poder, de alteridade política, inclusive, de condições econômicas. Conforme Santos (2009, p.255), “nas cidades, a produção não é mais ação do trabalho sobre a natureza, mas do trabalho sobre o trabalho [...]”. Assim, é preciso reconhecer que a dinâmica vivenciada no espaço configura-se enquanto base da vida econômica e social das comunidades (SANTOS, 2009, p.255).

As condições iniciais que caracterizam o desenvolvimento local estão diretamente ligadas à história, assim como direcionam o futuro de determinada comunidade. Neste sentido, a consolidação dos mercados está relacionada ao nascimento e formação das cidades, o que resulta do processo de desenvolvimento. Afinal, “[...] os mercados locais se desenvolveram a partir de atos individuais de permuta”, (POLANYI, 1980, p.82).

Há lojas situadas no entorno da Praça Presidente Vargas há mais de 40 anos. Tal característica justifica-se uma vez que “[...] sinergias espacialmente localizadas muitas vezes mantêm relação com uma história de formas de reciprocidade no tecido social”, (RADOMSKY; SCHNEIDER, 2007, p. 263). Essa proximidade reflete na dinâmica da cidade, pois resultam de ações que estimulam o desenvolvimento através dos atores sociais.

Hoje, Pato Branco é referência em diversos setores econômicos em âmbito regional, inclusive no comércio e na prestação de serviços. Destaque para o anel central pulsante, que dispõe de ampla variedade de produtos e que movimenta não apenas o município, mas também recebe consumidores de diversas cidades da região Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina.

Assim, é possível relacionar o pioneirismo datado da década de 1930 ao crescimento vivenciado nos dias de hoje, pois é característica comum de pequenos negócios promoverem intensificações e estimularem a produção local (FILHO, 2001, p.268). Evidencia-se o papel das “antecipações” instituídas pelos agentes, que podem ecoar no futuro da economia (FILHO, 2001, p.265) – como ocorreu em Pato Branco.

Afinal, o fortalecimento de territorialidades estimula laços de identidade e cooperação. Isso baseia-se “[...] no interesse comum de proteger, valorizar e capitalizar aquilo que um dado território tem de “seu” – suas especialidades econômicas”, (ALBAGLI, 2004, p.63). Diante disso, as territorialidades são construídas a partir da doação inicial de “capital socioterritorial”, que pode ser acumulado ou herdado em processos históricos (ALBAGLI, 2004, p.63).

Ainda sobre o nome “Praça Brasil”, vale pontuar que foi em 25 de outubro de 1953– quase dois anos após a emancipação política do Município –, que o então prefeito Plácido Machado sancionou a lei nº 49/53, que previa a denominação de praças e ruas, entre elas a praça “Presidente Vargas”. Plácido Machado era filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), fundado em 1945, sob inspiração e liderança de Getúlio Vargas. Além do contexto político, como a maioria dos colonizadores de Pato Branco eram do Rio Grande do Sul, o nome também configura-se como homenagem aos gaúchos.

Desde o seu reconhecimento enquanto espaço público, na primeira metade do século XX, a Praça Presidente Vargas passou a ser vista como um ponto polarizador da cultura e da interação social e do desenvolvimento local. Tal característica atende ao posicionamento de Antonio Colchete Filho (2008) que, neste sentido, aponta o significado social das praças:

Vista no conjunto de espaços da cidade, a praça reúne elementos históricos e formais que designam como um dos espaços mais importantes do meio urbano. [...] e históricos, porque, ao possuir características que permitem a concentração de pessoas, atrai atividades importantes para o seu próprio espaço e para o entorno, atuando como um cenário importante dos fatos sociais. (FILHO, 2008, p. 32)

Contudo, é preciso considerar que o percurso que traduz a atuação dos atores sociais nem sempre é amistoso. A praça central de Pato Branco sediou lutas, fervorosas missões, encontros religiosos. Um dos exemplos mais emblemáticos é a Revolta dos Posseiros, o maior movimento agrário do Sul do Brasil, que teve a Praça Presidente Vargas como palco da mobilização dos agricultores em outubro de 1957.

Para situar melhor a abordagem, é preciso pontuar que a colonização da região Sudoeste foi intensificada em 1938, quando o presidente Getúlio Vargas, durante o Estado Novo, viabilizou

estratégias como a “Marcha para o Oeste” visando estimular a colonização de diferentes regiões do Sul do Brasil, na fronteira oeste com os demais países sul-americanos. Ocorreu que, no final da década de 1950, companhias passaram a reivindicar o uso e ocupação das terras, instaurando a violência por meio de barbáries cometidas por jagunços em diversas cidades do Sudoeste, com destaque para Capanema, Verê, Francisco Beltrão e Pato Branco. (BONAMIGO; SCHNEIDER, 2007)

Em se tratando do contexto pato-branquense, a Rádio Colméia – a mais antiga da cidade, hoje denominada Celinauta, que juntas perfazem 62 anos de existência – na época estava situada na rua Iguazu, no entorno da Praça Presidente Vargas. O lugar se tornou ponto de encontro dos agricultores, pois todas as informações circulavam a partir dali, sendo que no momento do conflito, o locutor Ivo Thomazoni foi um dos porta-vozes da luta dos colonos contra a violência das companhias e dos jagunços pela disputa de terras.

Tudo isso se passou diante da Praça Presidente Vargas, que recebia as reuniões dos agricultores, motivados por lideranças locais (VOLTOLINI, 1997, p.111). Diante da atuação de agentes sociais na Revolta dos Posseiros, e do reconhecimento dos agricultores da praça como ponto de encontro, é preciso considerar que os campos da vida e da atividade humana acompanham tradições expressas e verbalizadas. Essas manifestações são condicionadas pelos “senhores do pensamento”, que detêm ideias determinantes, que são concebidas como fundamentais para a sociedade onde estão inseridas (BAKHTIN, 2011, p.294). De acordo com Bourdieu (1996), a percepção do espaço social refere-se a um ponto de vista, uma perspectiva, onde “[...] a realidade primeira e última já que comanda até as representações que os agentes sociais podem ter dele” (BOURDIEU, 1996, p.27).

O ponto crítico do conflito ocorreu em 09 de outubro de 1957, quando três crianças foram espancadas por jagunços em Pato Branco. Esta e outras atrocidades direcionadas a famílias do Sudoeste fizeram com que os agricultores se mobilizassem para a luta, no conhecido “levante”. Foram quatro dias de tensão, pois o levante dos Posseiros, entre 9 e 12 de outubro de 1957, fez com que a Junta Governativa de Pato Branco² montasse guarda especial em locais de possíveis ataques. Nesse período, mulheres e crianças não saíram de casa e o comércio parou de funcionar. Além disso, corriam boatos que, a qualquer momento, a cidade seria invadida por jagunços fortemente armados (VOLTOLINI, 1997).

Esses agricultores podem ser reconhecidos como “novos agentes sociais”, surgidos em meio a um período de conflito, tensão e resistência popular. Esse episódio pode ser compreendido quando Bourdieu (2001) afirma que:

De fato, todos esses novos agentes sociais - a respeito deles talvez seja apropriado dizer que, cada qual em seu nicho, contribuirão para a invenção do universal do qual se tornarão os porta-vozes por meio dos "filósofos das Luzes" - acabaram cumprindo essa função histórica por estarem envolvidos em campos relativamente autônomos e cuja necessidade, que eles mesmos contribuíram para dar existência, não puderam se furtar. (BOURDIEU, 2001, p.31)

² Em 09 de outubro de 1957, foi definida a criação da Junta Governativa Provisória, para assumir o comando de Pato Branco durante os dias do levante da Revolta dos Posseiros. Formada por “intelectuais”, suas deliberações por vezes não foram reconhecidas como legítimas por lideranças que lutavam no conflito. Além disso, o grupo formado por pouco mais de 20 pessoas, foi reconhecido como “ditatorial” pelo jornal o Estado do Paraná (PEGORARO, 2007).

Os fatos desencadeados em 1957 resultaram em outro episódio emblemático sediado pela Praça Presidente Vargas. Em 17 de março de 1962, o então presidente da República, João Goulart, esteve no local para legalizar a situação dos colonos e entregar escrituras das terras ocupadas por pequenos agricultores. Na oportunidade, foi recepcionado por lideranças políticas e comunitárias. Em ato público realizado na praça, Goulart “fez justiça”, conforme a grande faixa sustentada pela população que presenciou o ato (VOLTOLINI, 2005).³

Mobilizações sociais em busca de direitos como a Revolta dos Posseiros, bem como a relação que assumem com o espaço urbano, estão ligadas ao processo de desenvolvimento local, este que não refere-se apenas a variáveis ligadas à renda ou à acumulação de riqueza. Partindo do pressuposto defendido por Amartya Sen (2000), o desenvolvimento precisa ser reconhecido não somente por questões econômicas, mas também pelas condições de qualidade de vida, do exercício das liberdades básicas e dos direitos civis. Ao usufruirmos dessa liberdade, além de interagir com o mundo, é possível influenciá-lo (SEN, 2000).

Observa-se que a interação social contribui para constituir a significação de um espaço urbano, bem como dos agentes sociais. As experiências obtidas a partir desta perspectiva também são discursivas e refletem, sobretudo, a maneira como os sujeitos se posicionam perante a sociedade. Ou seja, conforme Bakhtin (2011), a forma como compartilhamos impressões sobre determinados aspectos cotidianos, além de possuir elementos que ocorreram anteriormente, também origina de enunciados emitidos por diferentes sujeitos que compõem o tecido social em que estamos inseridos.

A composição desse tecido social é apresentada por Ricardo Abramovay (2000, p.06), que defende a representação do território que não resume-se apenas a uma base física para as relações, mas que é formado por uma organização complexa com “[...] raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico” (ABRAMOVAY, 2000, p.06).

Considera-se que, com a Praça Presidente Vargas, isso não é diferente, pois a experiência discursiva individual de cada pessoa não é inédita, ela é construída a partir da interação entre os sujeitos. Assim, a relevância e o valor desses enunciados parte do princípio de que deixamos de ser meros receptores para, a partir dessa interação, recriarmos outras formas de expressão social. É como se estivéssemos imersos em um ciclo que não é inerte, pois não somos meros repetidores – também construímos novas experiências a partir dessa coletividade (BAKHTIN, 2011, p.294-295).

Portanto, o mundo social é construído por meio da cooperação ou do conflito, onde a alternância de interesses ou os diferentes tipos de capital são considerados armas utilizadas em lutas que têm como propósito conservar ou transformar o espaço social, a partir da atuação de seus agentes (BOURDIEU, 1996, p. 27). Esses embates contribuem na constituição da estrutura social, que passa a ser caracterizada enquanto um campo de forças.

É isso que acredito expressar quando descrevo o espaço social global como um campo, isto é, ao mesmo tempo, como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças,

³ Em 19 de março de 1957, dois dias após a visita a Pato Branco, João Goulart criou o Grupo Executivo de Terras Para o Sudoeste do Paraná (Getsop), através do decreto 51.431, que durante 12 anos trabalho pela paz e bem-estar na região, legalizando as situações dos colonos (VOLTOLINI, 1997, p.190).

contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura. (BOURDIEU, 1996, p.50)

Eventos históricos certamente contribuíram para o reconhecimento da Praça Presidente Vargas enquanto palco de sonhos e ideais, pois o local recebe, desde a sua formação, as principais mobilizações e manifestos populares de Pato Branco. Essa evidência foi apontada, por exemplo, na edição de 10 de fevereiro de 1995 do Jornal Gazeta do Sudoeste, hoje Diário do Sudoeste, na seguinte legenda: “Como a Boca Maldita em Curitiba e a Praça da Sé em São Paulo, a Praça Presidente Vargas, guardadas⁴ as proporções, é o palco das grandes manifestações, como a que estará acontecendo logo mais”. A foto, por sua vez, relembra uma greve ocorrida em 1989, cuja manifestação também foi desencadeada na praça. Como num ciclo que se repete e se recria – conforme aponta Bakhtin (2011) –, a matéria de 1995 anunciava um manifesto de teor agrícola que ocorreria naquela manhã, no mesmo local. Tal perspectiva também está presente em Bourdieu (2001):

Todavia, ao obrigar esses agentes a mobilizar, a cada momento, em suas lutas presentes, os recursos específicos acumulados no decurso de lutas anteriores, a lógica dos campos eruditos em processo de constituição (qual seja a da concorrência interna viabilizada pela ruptura social com o universo da economia e o mundo da prática) levou-os a criar as regras e as regularidades específicas de microcosmos regidos por uma lógica social favorável a sistematização e a racionalização, fazendo progredir as diferentes formas (jurídica, científica, artística etc.) de racionalidade e de universalidade. (BOURDIEU, 2001, p.31-32)

Além de ser palco dos principais eventos históricos desencadeados pelos pato-branquenses, elementos simbólicos que compõem a Praça Presidente Vargas também possuem representatividade para a comunidade e refletem aspectos da postura de cooperação que, na primeira metade do século XX, predominava nas atividades locais.

O exemplo mais expressivo de cooperação desencadeado na praça central de Pato Branco foi a construção do principal elemento que compõe o traçado do espaço público, a Igreja Matriz São Pedro Apóstolo. Iniciada em 1960, a obra foi conduzida por frei Gonçalo Orth e contou com a colaboração da população, que trabalhou e doou recursos financeiros, de forma voluntária, para garantir que a cidade tivesse uma igreja com o porte de município que já demonstrava se destacar regionalmente. Para tanto, houve casos de famílias que trabalharam 400 dias para concretizar a edificação (JUNIOR et al., 2009, p.04).

Por que essa cooperação mútua entre agentes sociais, sem a intervenção direta de agências ligadas ao estado, é tão incomum nos dias de hoje? Além da confiança na paróquia e nos frades franciscanos, a comunidade acreditava nos valores dos agentes humanos envolvidos na cooperação, onde a suposição de credibilidade estava diretamente relacionada à honra dessas pessoas (GIDDENS, 1991, p.35).

Nos dias de hoje, será que a comunidade se envolveria da mesma forma se fosse convocada a edificar um novo santuário para a cidade? Ou, ainda, será que as pessoas que transitam diariamente pela Praça Presidente Vargas, que frequentam o local com a família ou que participam das mobilizações sociais que ocorrem no espaço, se questionam sobre a atuação dos pioneiros na

⁴ Na legenda da foto originalmente publicada, a palavra indicada está como “guardas”, cuja correção no presente artigo foi realizada pelas autoras.

concretização da matriz que, muito mais do que um cartão postal ou símbolo do município, representa uma característica social presente em determinado espaço-tempo?

Primeiramente, para que possamos compreender as consequências da modernidade, precisamos definir o que é modernidade. Segundo Giddens (1991), modernidade é “[...] o estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa, a partir do século XVII e que se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”, (GIDDENS, p. 11, 1991). Na medida em que as sociedades passaram de “tradicionais” para “modernas”, o que também refletiu nas práticas relacionais, alterou-se a consciência entre o espaço (o lugar) e o tempo.

Basta nos debruçarmos diante da história e reconhecermos como a criação do relógio mecânico, no final do século XVIII, mudou a forma com que nos relacionamos em sociedade, para então percebermos que a organização do tempo concebeu novas significações à forma com que enxergamos o mundo. E, desde então, estamos cada vez mais distantes da natureza (Giddens, 1991, p.27-28). Assim, Giddens (1991) nos leva a repensar a relação do homem com a natureza, a partir da noção de “espaço e tempo”, nos colocando diante das transformações sociais desencadeadas a partir da era moderna.

Outra possível abordagem para a prática espacial e temporal dos agentes, pode ser observada a partir da concepção de “tradições culturais autênticas” apresentada por Roberto DaMatta (1987). O autor elucida que há um processo dialético entre as regras e o grupo de agentes que as pratica. Na medida em que a sociedade as vivencia, também concebe eventuais regras e práticas cotidianas, que definem a significação do tempo e a valorização de ocasiões desencadeadas pela prática social (DAMATTA, 1987, p.49).

A edificação da matriz foi concluída em 1965 e deu lugar à capela que, em 1935, contribuiu para o reconhecimento da área da Praça Presidente Vargas. Vale destacar que, assim como a anterior, a nova igreja permaneceu dentro dos limites da praça, integrando a dinâmica relacional desencadeada no espaço público. Todavia, vale frisar que a relação histórica entre religião e a Praça Presidente Vargas também refere-se a propriedade legal da área onde foi delimitado o logradouro. Embora já estivesse legalmente reconhecida enquanto espaço público, a área da praça continuava sendo propriedade da paróquia até 1958, quando frei Honorato Brüggemann negociou a área com a Prefeitura Municipal para atender ao projeto de urbanização realizado na administração do terceiro prefeito de Pato Branco, Dr. Harry Valdir Graeff (VOLTOLINI, 2005, p.221). Na lei nº 30/58, sancionada em 20 de dezembro de 1958, consta que o poder executivo investiu Cr\$ 500.000,00 na aquisição da área da Praça Presidente Vargas, valor repassado à Igreja Matriz de Pato Branco.

Atualmente, conforme a sociedade recebe os traços da modernidade, a presença física dos atores se torna dispensável, pois tal relação é mediada por fichas simbólicas (dinheiro) e sistemas peritos (meios tecnológicos e especialidades profissionais). Como consequência, essa independência da intervenção direta do “outro” infere a atividade social, onde “[...] instituições desencaixadas dilatam amplamente o escopo do distanciamento tempo-espaço e, para ter este efeito, dependem da coordenação através do tempo e do espaço”, (GIDDENS, 1991, p.24).

Assim, a relação estabelecida com o outro pode ocorrer, facilmente, à distância. Aparentemente, a facilidade tecnológica não implica na finalidade das relações, pelo contrário, possibilita tal relacionamento. Contudo, permanece o sentimento de que, ao mesmo tempo em que permite uma proximidade que seria impossível num passado relativamente próximo, distancia os agentes, que estabelecem relações por vezes superficiais – o que também implica no reconhecimento no

espaço público urbano, que por vezes é identificado como meramente transitório, sem ter a sua representatividade cultural e social reconhecida.

Ocorre então uma contínua geração de valores e autoconhecimento relacionado à reflexividade da modernidade. Para Giddens (1991), “[...] as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter”, (GIDDENS, 1991, p. 45). Ou seja, o tempo todo são recriadas significações sociais de acordo com diferentes interesses e percepções. Há uma inconstância na sociedade atual, o que vem de encontro com a ideia de que a “grande narrativa” é reconhecida como falha, cuja história da humanidade não pode ter um começo, um meio e um fim preconcebidos.

É a partir dessa inconstância que os atores têm o “poder” de alterar os acontecimentos. Ou seja, mesmo aqueles que assumem posição de subordinação têm capacidade de gerar a mudança (GIDDENS, 1989, p. 10). Assim, a agência humana é uma característica da reflexividade, esta que faz o agente refletir sobre suas ações e regras e que o conduz a transformar as práticas sociais (GIDDENS, 1991).

Nesse processo de contínua transformação, o valor simbólico da Praça Presidente Vargas permanece latente. Desde que começou a ser reconhecido enquanto logradouro público, na década de 1930, o local é palco dos principais eventos da cidade, inclusive de atrações turísticas. Então, por que a sociedade mantém essa relação de proximidade com este espaço público? Por que é uma relação tão peculiar se comparada com outros logradouros da cidade?

Conforme pontua Giddens (1991), essa evidência não possui conexão direta com o passado, tampouco refere-se apenas à prática da tradição local. Isso porque hábitos rotineiros estão internalizados na organização social – não denotam, necessariamente, aspectos tradicionais. Ocorre que o posicionamento desencadeado outrora pode coincidir com as significações renovadas pela sociedade.

Diferente de eventos da reflexividade moderna, “[...] nas culturas tradicionais, o passado é honrado e os símbolos valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações”, (GIDDENS, 1991, p.38). Em sociedades onde a tradição ainda é perpetuada, símbolos que possuem valor social inferem na organização tempo-espacial da comunidade, onde presente, passado e futuro são estruturados por práticas sociais recorrentes.

Assim, quando imbuída de significado, a tradição relaciona-se ao ritual e “[...] mantém a confiança na continuidade do passado, presente e futuro, e vincula esta confiança a práticas sociais rotinizadas” (GIDDENS, 1991, p.95). Nesse processo, aspectos da tradição também são reinventados a cada nova geração, onde o vínculo com o passado é mantido. Assim, a identidade social, continua se reconhecendo, na medida em que é transformada.

Não se sanciona uma prática por ela ser tradicional; a tradição pode ser justificada, mas apenas à luz do conhecimento, o qual, por sua vez, não é autenticado pela tradição. Combinado com a inércia do hábito, isto significa que, mesmo na mais modernizada das sociedades, a tradição continua a desempenhar um papel. Mas este papel é geralmente muito menos significativo do que supõem os autores que enfocam a atenção na integração da tradição com a modernidade no mundo contemporâneo. Pois a tradição justificada é tradição falsificada e recebe sua identidade apenas da reflexividade do moderno. (GIDDENS, 1991, p.39)

Ainda conforme Giddens (2012), processos de mudanças intencionais, que visam o abandono da tradição, estão diretamente relacionados à agenda da ciência social. O autor define esta como uma característica da “sociedade pós-tradicional”, uma vez que a modernidade reconstruiu a tradição na medida em que absorvia seus reflexos. Essa recriação contínua da tradição, nas sociedades ocidentais, contribuiu para a legitimação do poder a partir da imposição do Estado diante de sujeitos passivos (GIDDENS; BECK; SCOTT, 2012, p.90-91). Afinal,

[...] nem "o passado" nem "o futuro" são um fenômeno discreto, separado do "presente contínuo", como no caso da perspectiva moderna. O tempo passado é incorporado às práticas presentes, de forma que o horizonte do futuro se curva para trás para cruzar com o que se passou antes. (GIDDENS, 1991, p.95)

É possível observar um exemplo deste “embate” entre modernidade e tradição, que infere diretamente na identidade social, nos projetos de urbanização direcionados à Praça Presidente Vargas. O primeiro prefeito a realizar intervenções estruturais significativas no local foi o Dr. Harry Valdir Graeff, cujo mandato ocorreu no período de 1956 a 1960. Desde então, inúmeras foram as transformações físicas e materiais que tiveram como intuito traduzir diferentes momentos sociais, culturais, políticos e econômicos da cidade. A população precisou reconhecer o significado de cada novidade intencionalmente imposta por diferentes administrações.

Entre os exemplos está o projeto executado na gestão do prefeito Alberto Cattani, cuja gestão municipal ocorreu de 1969 a 1973. Na ocasião, foram extraídas todas as árvores que foram cultivadas na praça a partir da década de 1930, restando apenas uma araucária, conforme mostram as fotos abaixo. A praça ficou irreconhecível.



Fotografia 1: Praça Presidente Vargas, entre as décadas de 1960 e 1970.
Fonte: Acervo do Departamento Municipal de Cultura de Pato Branco.

Fotografia 2: Praça Presidente Vargas, em 1972, após as intervenções estruturais executadas na gestão do prefeito Alberto Cattani. Fonte: Bodanese, 1982.

Antes da nova estruturação, a Praça Presidente Vargas assumia o modelo de praça ajardinada que, conforme apontam Fabio Robba e Silvio Soares Macedo (2010), se tornou padrão paisagístico do Brasil nas primeiras décadas do século XX. Neste período, reformas em praças centrais visando espaços ajardinados se tornaram mais comuns no país. Contudo, esse modelo refere-se a tradição meramente contemplativa dos jardins europeus característicos dos séculos XVII e XVIII (ROBBA; MACEDO, 2010). De espaço meramente contemplativo, usado por classes mais elitizadas, as praças brasileiras receberiam o hábito do passeio e da integração por parte da população apenas no final do século XX, o que permanece até os dias de hoje, com eventuais peculiaridades locais:

O hábito de passear na praça subsiste no final do século XX, mas compete em igualdade com outras atividades de lazer, como práticas esportivas e comércio. Por todo o país ainda podem ser encontrados logradouros onde permanecem o costume de “desfilar” em “praça pública” e o tradicional passeio aos sábados à noite em volta da praça (o footing), principalmente em bairros afastados ou cidades menores e mais conservadoras. (ROBBA; MACEDO, 2010, p. 55)

Mesmo levando em conta a influência européia da praça ajardinada, isso remete a pensar, conforme Edgar Morin (2002), que “[...] não devemos esquecer que o homem é um ser biológico-sociocultural, e que os fenômenos sociais são, ao mesmo tempo, econômicos, culturais, psicológicos etc.”, (MORIN, 2002, p.177). Assim, quando a sociedade intervém na dinâmica estrutural do espaço público – no caso da Praça Presidente Vargas isso ocorreu em diferentes momentos sociais e políticos – fica evidente a relação entre o homem e a natureza, que pode ser tanto de proximidade quanto de separação.

Giddens (1991) aponta as “descontinuidades” do período moderno que, segundo ele, nos afastam de aspectos tradicionais de uma forma sem precedentes (Giddens, 1991, p.14). Isso porque o evolucionismo social impede que a descontinuidade seja reconhecida. A sensação é que nada é feito para durar. Nesse contexto, as descontinuidades que separam as instituições sociais modernas das de ordem sociais tradicionais têm como características: o ritmo de mudança, o escopo da mudança e a natureza intrínseca das instituições modernas (Giddens, 1991, p. 16).

Neste ciclo onde o espaço físico está em constante transformação, pois não é acabado e recebe constantes interferências sociais, constata-se que não sendo transitório ele é produzido através das experiências dos sujeitos, em que a materialidade e imaterialidade por vezes se confundem. É possível perceber tal relação na definição do termo “dialógico” apresentada por Morin (2002). Segundo o autor, há duas lógicas e, conseqüentemente, dois princípios, que mesmo que estejam unidos, mantêm a dualidade na unidade concebida. A partir disso, surge a concepção de “unidualidade”, onde “[...] o homem é um ser unidual, totalmente biológico e totalmente cultural a um só tempo”, (MORIN, 2002, p.188). Afinal:

Uma sociedade é produzida pelas interações entre indivíduos e essas interações produzem um todo organizador que retroage sobre os indivíduos para co-produzi-los enquanto indivíduos humanos, o que eles não seriam se não dispusessem da instrução, da linguagem e da cultura. (MORIN, 2002, p.182)

A representatividade do lugar como espaço das relações humanas, deixou de ser reconhecida diante da globalização hegemônica. Conforme esclarece Boaventura de Souza Santos (2006), isso ocorre, pois:

[...] as relações de poder, de resistência, de dominação e de alternativas de hegemonia e de contra-hegemonia são constitutivas da globalização. Isto é assim porque a globalização é hoje o marcador hegemônico dos termos do conflito social histórico criado pelo capitalismo. A globalização é simultaneamente o conflito (a ideia da força) e os termos do conflito (a força da ideia). O capitalismo global, por um lado, e a diversidade e a globalização, pelo outro. (BOAVENTURA, 2006, p. 151-152)

Ou seja, é preciso estimular o reconhecimento das relações com o lugar, a partir de dinâmicas de interações, de trabalho e de eventuais vestígios de tradições. Isso porque “[...] a experiência de desenvolvimento significou para a maioria das pessoas um rompimento do lugar, mais profundo

como jamais visto”, (ESCOBAR, 2005, p.02). No entanto, diz Escobar (2005) a modernidade contribui para o distanciamento das relações entre os humanos e o seu ambiente, entre homem e natureza, defendendo que “[...] os seres humanos estão arraigados na natureza e imersos em atos práticos, localizados”, (ESCOBAR, 2005, p.07). Como as culturas e a natureza contém a diversidade é possível pensar as conexões dos lugares com o global em outros termos, pelo que é significativo para a interconexão em defesa dos lugares, logo da diversidade.

Neste sentido, Morin (2002) define como “mediocre” as posturas que não considerem a relação entre sociedade e ambiente:

Um pensamento de organização que não inclua a relação auto-eco-organizadora, isto é, a relação profunda e íntima com o meio ambiente, que não inclua a relação hologramática entre as partes e o todo, que não inclua o princípio de recursividade, está condenado à mediocridade, à trivialidade, isto é, ao erro. (MORIN, 2002, p.193).

É preciso evidenciar que as transformações físicas da praça central também interferem na identidade da cidade, bem como na relação entre os agentes e o espaço público. A percepção dos indivíduos perante a arquitetura urbana, bem como a influência da mesma na atividade rotineira da população, ocorre por que:

Esses contornos dizem respeito à individualidade dos monumentos, da cidade, das construções e, portanto, ao conceito de individualidade e a seus limites, onde ela começa e onde ela acaba; dizem à relação local da arquitetura, ao lugar de uma arte. E, portanto, aos vínculos e à própria particularização do “locus” como fato singular determinado pelo espaço e pelo tempo, por sua dimensão topográfica e por sua forma, por ser sede de acontecimentos antigos e novos, por sua memória. (ROSSI, 2001, p.152)

Quando a coletividade adere ao estilo de vida predominante, geralmente vinculado à tradição, eventualmente ocorre algum fenômeno que propõe mudar ou que questiona esses hábitos. Assim, a cada nova alteração no contexto da vida cotidiana da Praça Presidente Vargas, ocorreram alternâncias nas regras sociais. Essa gama de experiências permitiu a socialização, bem como a interpretação de regras e normas aderidas pelo grupo social. Contudo, novas regras, mesmo que sejam impostas, apenas se tornam viáveis por meio da aceitação e legitimidade por parte dos agentes (DAMATTA, 1987, p.49). Um exemplo é a prática social estabelecida ao longo da história na Praça Presidente Vargas, onde a população precisou se habituar em relação às intervenções físicas feitas no local, assim como com as consequências dos eventos desencadeados no espaço. Houve, ainda, momentos de conflito onde a comunidade se reuniu na praça se mostrando disposta a resistir diante de mudanças impostas – um exemplo foi a Revolta dos Posseitos.

A partir da breve contextualização histórica apresentada até aqui, é possível considerar, ainda, a dinâmica relacional atribuída por Boaventura de Souza Santos (2003) ao espaço-tempo da cidadania, que contempla o conjunto de interações sociais que criam identidades coletivas, que além de refletir aspectos simbólicos como religião, etnias, entre outros, também “[...] vinculam os indivíduos a territórios físicos ou simbólicos e a temporalidades partilhadas passadas, presentes ou futuras”, (SANTOS, 2003, p, 315).

A interação entre os pato-branquenses e a praça central da cidade foi desencadeada a partir de um processo histórico que, a cada novo evento de intervenção social, política ou econômica, recebeu novos simbolismos. Nesse contexto, a proximidade da população com o local permanece

presente na imaginária urbana. Hoje, e foi assim ao longo da história, a praça é um dos principais pontos de encontro da comunidade, pois se configura enquanto área de lazer em virtude dos elementos que possui, especialmente a partir de intervenções recentes.

Portanto, essa relação entre os sujeitos e o espaço físico, a partir da construção histórica e social da Praça Presidente Vargas, pode ser concebida pela noção de pertencimento, que é definida pelas experiências entre o homem e a localidade. Essa relação denota certo grau de enraizamento da identidade do lugar e do indivíduo. Tal evidência está relacionada a dinâmicas sociais, culturais, econômicas e ecossistêmicas.

CONSIDERAÇÕES

Lugares como a Praça Presidente Vargas recebem aspectos da atividade cotidiana que condicionam a dinâmica urbana. A partir do estudo de caso proposto, verificou-se que o espaço público urbano acompanha e reflete o desenvolvimento local a partir da atuação dos atores sociais.

Afinal, há uma força intrínseca que eleva a forma meramente física dos espaços urbanos, pois espaço e vida social estão diretamente ligados, cujo elo é a atuação dos agentes, que têm capacidade de transformar realidades a partir da relação que assumem com os lugares. Não há limite, nem distanciamento dual, há interrelações.

Assim, propõe-se que o conhecimento e os modelos de desenvolvimento locais sejam repensados para enfraquecer a dicotomia que distancia a relação entre natureza e cultura, entre lugar e sociedade – postura que é evidenciada a partir da atuação dos atores em momentos emblemáticos da construção histórica e social, como vimos na análise teórica aqui proposta e colocada diante da Praça Presidente Vargas.

Ao reunir situações desencadeadas ao longo da história de Pato Branco, configurou-se a praça como palco das principais manifestações sociais da cidade – o que é uma característica de cidades de pequeno e médio porte e com aspectos tradicionais ainda presentes. Assim, buscou-se enaltecer a representatividade dos atores sociais no processo de desenvolvimento, a partir da relação estabelecida entre os sujeitos e o espaço urbano. Sendo assim, ficou evidente o papel social de indivíduos, lideranças de vanguarda, assim como de grupos imbuídos do mesmo ideal.

A partir disso, ficou evidente que os lugares são construídos por sonhos e ideais, mas também por ações concretas de sujeitos que os vivenciam. No caso da Praça Presidente Vargas, o espaço urbano constitui-se enquanto produto social de um processo histórico que traduz o contexto e o protagonismo da população local. Assim, a concepção histórica e social deste lugar demonstra a relação entre a comunidade e o espaço físico, que não deve ser encarada apenas pela ótica da materialidade.

Afinal, dessa interação há vida e, sobretudo, há construção social que resulta em experiências de caráter transformador. Tal reflexão é de fundamental importância para repensarmos a atuação do homem sobre o ambiente em que ele está inserido, uma vez que a interferência na dinâmica urbana reflete na vida social e na direção da história.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural.** Economia Aplicada. Vol. 4, n° 2, abril/junho 2000.
- AGRICULTORES em grande manifestação hoje no centro de Pato Branco. Gazeta do Sudoeste, Pato Branco, 10 de fevereiro. 1995.
- ALBAGLI, Sarita. Território e Territorialidade. In: LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo (Orgs.). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva.** Rio de Janeiro: RelumeDumará; Brasília, DF: SEBRAE, 2004.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal.** Trad. Paulo Bezerra. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1979/2003.
- BODANESE, RUDI. **Lembranças de Vila Nova: a evolução de Pato Branco através de imagens fotográficas.** Pato Branco: Darnol, 1982.
- BONAMIGO, Carlos Antônio; SCHNEIDER, Cláides Rejane (Orgs). **Revisitando a história: a Revolta dos Posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná.** Francisco Beltrão: Grafisul Gráfica e Editora Ltda., 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas.** São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____. **Meditações Pascalianas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- _____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação.** Campinas, SP: Papirus, 1996.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano.** Petrópolis: Editora Vozes, 1994.
- DAMATTA, Roberto. **Revitalizando: uma introdução à antropologia social.** Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: **A colonialidade do saber: euricentrismo e ciências sociais.** Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Susr Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setembro 2005.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- _____. **A constituição da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- _____. BECK, Ulrich. SCOTT, Lash. **Modernização Reflexiva: Política, tradição e estética na ordem social moderna.** 2.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- FILHO, Antonio Colchete. **Praça XV: projetos do espaço público.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.
- JUNIOR, Nelson et al. **Matriz São Pedro Apóstolo, uma história que o povo construiu.** XVI Exposição da Pesquisa Experimental em Comunicação - Prêmio Expocom 2009.
- PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Partido_Trabalhista_Brasileiro&oldid=46123899>. Acesso em: 24 jul. 2016.

PEGORARO, Éverly. Dizeres em confronto: **A Revolta dos Posseiros de 1957 na imprensa paranaense**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação Interinstitucional em História UFF/UNICENTRO, 2007. Disponível em:

<www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2007_PEGORARO_Everly-S.pdf>. Acesso em: 28 out. 2016.

POLANYI, Karl Paul. **A grande transformação: as origens da nossa época**. RJ .Ed. Campus, 1980.

MORIN, Edgar. O desafio da complexidade. In. **Ciência com consciência**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

QUEREMISMO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2015. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Queremismo&oldid=42502481>>. Acesso em: 24 jul. 2016.

RADOMSKY, Guilherme; SCHNEIDER, Sergio. **Nas teias da Economia: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 2, p. 249-284, maio/ago. 2007

ROBBA, Fabio; MACEDO, Silvio Soares. **Praças Brasileiras: Public Squares in Brazil**. 3.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. A ecologia de saberes. In. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Milton. Do meio natural ao meio técnico-científico-informacional. In. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4.ed. São Paulo: Editora USP, 2009.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VOLTOLINI, Sittilo. **Retorno 1: origens de Pato Branco**. 2.ed. Pato Branco: Imprepel – Gráfica e Editora Ltda, 2005.

_____. **Retorno 2: Pato Branco na Revolta dos Posseiros de 1957**. 1.ed. Pato Branco: Artpres – Gráfica e Editora Ltda, 1997.